

PROCESSO: Cobrança de contribuições em atraso do Ente

1 RESPONSABILÉVEL PELO PROCESSO

Diretoria Administrativo-Financeira

2 REGULAMENTAÇÃO UTILIZADA

Lei nº 3.415 de 17 de janeiro de 2022

3 OBJETIVO

Definir procedimentos para a gestão da cobrança de débitos de contribuição em atraso do ente.

4 TERMOS UTILIZADOS

- Ente: Prefeitura Municipal de Tambaú, FUPREVIT, Câmara Municipal de Tambaú, outros órgãos cessionários.

5 MANUALIZAÇÃO/DETALHAMENTO DAS ATIVIDADES

Etapa 1 – Identificar a ausência do recolhimento – Setor Financeiro

- Mensalmente, o setor financeiro monitora o recolhimento das contribuições previdenciárias nas datas previstas na legislação:
 - ✓ Contribuições dos servidores ativos
 - ✓ Contribuições patronais
 - ✓ Contribuições dos servidores cedidos a outros órgãos
- Quando detectada a ausência da contribuição no prazo legal, este processo é iniciado através de notificação aos setores responsáveis pelo pagamento.

Etapa 2 – Notificar o Ente – Responsável pelo Setor Financeiro

- Se os valores devidos não forem repassados no prazo legal, ou repassados a menor, o ente que não recolheu as contribuições tempestivamente é notificado, em um primeiro momento, por e-mail, conforme modelo constante no Anexo I, no primeiro dia subsequente ao do vencimento. Importante ressaltar que no e-mail será apresentado o valor principal e menção da obrigatoriedade de correção monetária e outros acréscimos legais (se houver).
- Esta área monitorará se o recolhimento será efetivado até o final do mês corrente.
- Caso o recolhimento seja regularizado, o processo é arquivado. Caso contrário, segue para a próxima etapa.

Etapa 3 – Notificar novamente o Ente – Representante legal da unidade gestora

- Mantido o não recolhimento, a Presidência será comunicada para notificar o Prefeito e Secretário da Fazenda, se Poder Executivo, ou Presidente da Câmara Municipal, se Poder Legislativo, conforme modelo constante no Anexo II.

Etapa 4 – Notificar o Ente sugerindo acordo – Representante legal da unidade gestora

- As contribuições legalmente instituídas, inclusive seus encargos legais, devidos pelo ente federativo e não repassadas à unidade gestora do RPPS até o seu vencimento, depois de apuradas e confessadas, poderão ser objeto de termo de acordo de parcelamento para pagamento em moeda corrente, assegurado o equilíbrio financeiro e atuarial do regime e observados, no mínimo, os critérios previstos no artigo 14 da Portaria nº 1.467. (modelo constante no Anexo III)

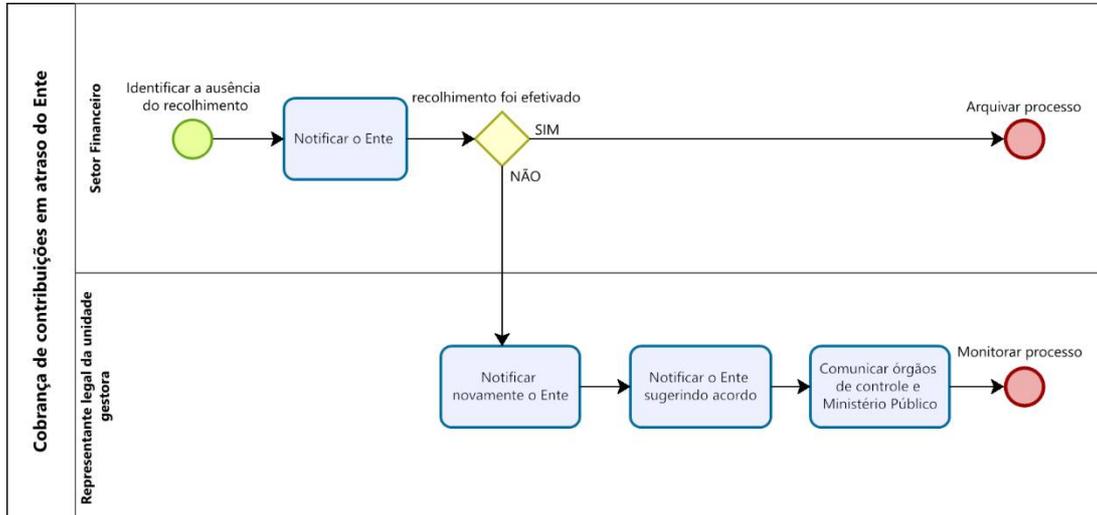
**Etapa 5 – Comunicar órgãos de controle e Ministério Público –
Representante legal da unidade gestora**

- Caso não seja feito acordo de parcelamento e seja mantida a inadimplência, a Presidência comunicará a Procuradoria Jurídica para que elabore notificação aos órgãos de Fiscalização e Controle, na forma dos Anexos IV e V.

Etapa 6 – Monitorar Processo – Representante legal da unidade gestora

- O processo será monitorado até regularização da inadimplência, inclusive pelas vias judiciais.

Etapa 7 – Fluxograma



Etapa 8 – Anexos

- Anexo I - Modelo de mensagem de e-mail para notificação
- Anexo II - Modelo de ofício para notificação da autoridade competente
- Anexo III - Modelo de ofício para notificação e sugestão de acordo a autoridade competente
- Anexo IV - Modelo de ofício para comunicação ao Ministério Público
- Anexo V - Modelo de ofício para comunicação ao TCE

ANEXO I

Modelo de mensagem de e-mail para notificação

Assunto: Notificação de Recolhimento da Contribuição Previdenciária

Prezados(as) Sr.(a)

O Fundo Previdenciário do Município de Tambaú - FUPREVIT, unidade Gestora do Regime Próprio de Previdência Social, no exercício de sua função, por meio do <cargo do responsável>, notifica V.S^a que até a presente data não detectou o recolhimento da contribuição previdenciária:

Contribuição Previdenciária (segurado e/ou patronal)

Plano

Competência

Valor R\$ (.....)

Vencido em

Assim, informa que de acordo com a Lei XXXX, art. XX, a contribuição previdenciária recolhida ou repassada em atraso fica sujeita a correção monetária pelo IPC-FIPE, juros de 0,50% mês e multa de 2%.

Dessa forma, solicita providências e manifestação quanto ao recolhimento da contribuição previdenciária em destaque.

Att.

Nome do Responsável

Cargo

ANEXO II

Modelo de ofício para notificação da autoridade competente

Ofício nº XXXX

Município, de de 20.....

Prezado(a) Senhor(a),

O Fundo Previdenciário do Município de Tambaú - FUPREVIT, unidade gestora do Regime Próprio de Previdência Social, em cumprimento de suas competências, vem por meio deste NOTIFICÁ-LO, que até a presente data não detectou o recolhimento da contribuição previdenciária:

Contribuição Previdenciária (segurado e/ou patronal)
Plano
Competência
Valor R\$ (.....)
Vencido em

Assim, informa que de acordo com a **Lei XXXX, art. XX**, a contribuição previdenciária recolhida ou repassada em atraso fica sujeita a correção monetária pelo **IPC-FIPE, juros de 0,50% mês e multa de 2%.**

Destaca ainda o **Art. XX da Lei XXXX**:

“Art. XX.....”

Destaca ainda que o não recolhimento das contribuições previdenciárias pode ser caracterizada como apropriação indébita.

Nestes termos, solicita o imediato recolhimento do valor acima mencionado, juntamente com os acessórios decorrentes do recolhimento em atraso, sob pena de notificação aos órgãos de fiscalização e controle.

Att.

Representante legal do RPPS

A
Ente
Cargo
Sr(a).

c/c ao:
Contador Sr(a)
Tesoureiro Sr(a)

ANEXO III
Modelo de ofício para notificação e sugestão de acordo a autoridade competente

Ofício nº XXXX

Município, de de 20.....

Prezado(a) Senhor(a),

O Fundo Previdenciário do Município de Tambaú – FUPREVIT, unidade gestora do Regime Próprio de Previdência Social, em cumprimento de suas competências, vem mais uma vez, NOTIFICÁ-LO, que até a presente data não detectou o recolhimento da contribuição previdenciária:

Contribuição Previdenciária (segurado e/ou patronal)
Plano
Competência
Valor R\$ (.....)
Vencido em

Assim, informa que de acordo com a Lei XXXX, art. XX, a contribuição previdenciária recolhida ou repassada em atraso fica sujeita a correção monetária pelo IPC-FIPE, juros de 0,50% mês e multa de 2%.

Destaca ainda o Art. XX da Lei XXXX:

“Art. XX.....”

Destaca ainda que o não recolhimento das contribuições previdenciárias pode ser caracterizada como apropriação indébita.

E, com fundamento no Art. XX da Lei XXXX, o Fundo Previdenciário do Município de Tambaú – FUPREVIT reforça a necessidade de recolhimento dos valores acima informados, de forma integral ou por meio de parcelamento de débitos previdenciários nas regras estabelecidas pela Secretaria de Previdência Social relativa aos Regimes Próprios de Previdência Social.

Nestes termos, solicita manifestação em até 7 dias úteis, sob pena de comunicação ao Tribunal de Contas do Estado de XXXX e Ministério Público.

Att.

Representante legal do RPPS

A
Entidade
Cargo
Sr(a).

c/c ao:
Presidente da Câmara Municipal
Contador Sr(a)
Tesoureiro Sr(a)

ANEXO IV

Modelo de ofício para comunicação ao Ministério Público

Ofício nº XXXX

Município, de de 20.....

Prezado(a) Senhor(a) Procurador,

O Fundo Previdenciário do Município de Tambaú – FUPREVIT, unidade gestora do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Tambaú, em cumprimento de suas competências, comunica a inadimplência do órgão (CNPJ), tendo como responsável legal o Sr(a), cargo....., em relação a contribuição previdenciária abaixo especificada:

Contribuição Previdenciária (segurado e/ou patronal)

Plano

Competência

Valor R\$ (.....)

Vencido em

Informa que a entidade/órgão foi notificada via e-mail em/...../....., notificado oficialmente em/...../....., e novamente notificado oficialmente em/...../....., conforme documentos juntados a este ofício, e mesmo assim persiste a inadimplência do recolhimento das contribuições previdenciárias acima mencionadas.

Isto posto, encaminho para conhecimento.

Atenciosamente.

Representante legal do RPPS

Ao

Ministério Público do Estado de XXXXX

Procurador(a) Sr(a)

ANEXO V

Modelo de ofício para comunicação ao TCE

Ofício nº XXXX

Município, de de 20.....

Prezado(a) Senhor(a) Presidente do Tribunal de Contas do Estado de XXXX

O Fundo Previdenciário do Município de Tambaú – FUPREVIT, unidade gestora do Regime Próprio de Previdência Social do Município de XXXX, no cumprimento de suas competências legais, comunica a inadimplência do órgão (CNPJ), tendo como responsável legal o Sr(a), cargo....., em relação a contribuição previdenciária abaixo especificada:

Contribuição Previdenciária (segurado e/ou patronal)

Plano

Competência

Valor R\$ (.....)

Vencido em

Informa que a entidade/órgão foi notificada via e-mail em/...../....., notificado oficialmente em/...../....., e novamente notificado oficialmente em/...../....., conforme documentos juntados a este ofício, e mesmo assim persiste a inadimplência do recolhimento das contribuições previdenciárias acima mencionadas.

Isto posto, encaminho para conhecimento.

Atenciosamente.

Representante legal do RPPS

Ao

Tribunal de Contas do Estado de XXXX

Sr(a) Presidente.....